

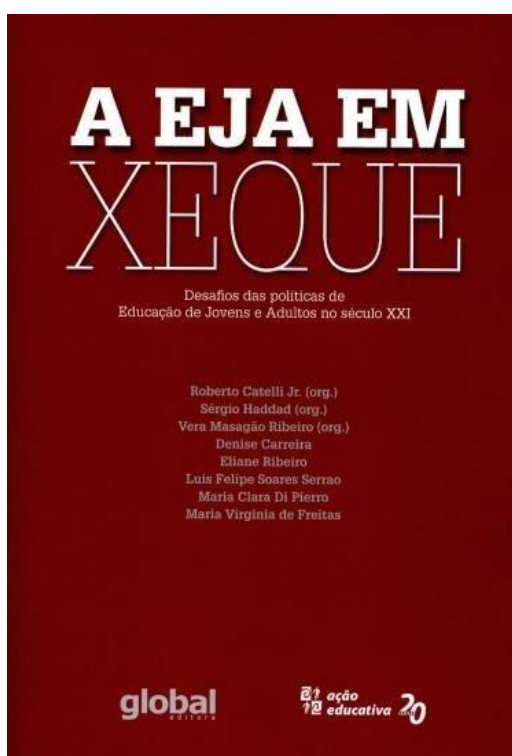


RESENHA:

A EJA EM XEQUE - DESAFIOS DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SÉCULO XXI

REVIEW:

YOUTH AND ADULT EDUCATION IN CHECK – CHALLENGES FOR YOUTH AND ADULT EDUCATION POLICIES IN THE 21ST CENTURY



CATELLI JR., R.; HADDAD, S.; RIBEIRO, V. M. (orgs.) **A EJA em Xeque - Desafios das políticas de Educação de Jovens e Adultos no século XXI**. São Paulo: Global, 2014

RESENHADO POR

Timothy D. Ireland

ireland.timothy@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba

Cátedra UNESCO de Educação de Jovens e Adultos

Apesar de esse livro ter sido publicado no final de 2014 e as pesquisas avaliativas, objetos das suas análises, terem sido desenvolvidas no período de 2011-2012, o texto mantém a sua pertinência e os desafios referidos no título ganharam magnitude. A EJA não está em xeque somente no Brasil – os dados do segundo Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos - GRALE II demonstram uma queda no investimento na EJA em termos globais – mas os dados brasileiros são contundentes e isso apesar de uma década (2003-2014) em que se tem investido em políticas públicas no Brasil como em poucos outros períodos. Enfrentamos uma situação em que 65 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais não concluíram o Ensino Fundamental e em que a matrícula em EJA tem caído de 4,2 milhões (em torno de 10% da demanda potencial) para 3,1 milhões entre 2010 e 2013. Em termos globais, as agendas de desenvolvimento sustentável e de educação 2030 levantam novos desafios para o campo da EJA – como interagir de uma forma cada vez mais intersetorial com outras áreas como saúde, meio ambiente, geração de emprego e renda e bem estar, para nomear algumas poucas de uma lista bem mais extensa.

O lançamento do livro se deu por meio de um debate público promovido pela ONG Ação Educativa no dia 12 de dezembro de 2014 em que participaram a profa. Marília Spósito, o prof. Sérgio Haddad e o prof. Timothy Ireland, autor desta resenha. Lançar um livro por meio de um debate é sempre um ato corajoso e bem-vindo. Acima de tudo, precisamos incentivar e provocar as pessoas a pensar criticamente sobre o que leem e, nesse caso, sobre as políticas públicas de EJA. Nesse processo, confesso que eu não sou um observador neutro e objetivo. Todas as pesquisas dizem respeito a ações, programas e projetos em que eu, naquela época como gestor público, estava profundamente envolvido.

“A EJA em Xeque” é composto por cinco artigos, cada um baseado em pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos em Avaliação de Educação de Jovens e Adultos criado pela Ação Educativa em resposta a um edital lançado em 2009 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), cujo apoio viabilizou essas pesquisas. Essas tomaram como foco: um levantamento bibliográfico de pesquisas avaliativas em EJA realizadas nos Estados Unidos e no Reino Unido, o impacto da implantação do FUNDEB nos municípios paulistas, no período de 2005-2010, a implementação do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) no país, o programa Projovem Urbano na confluência das políticas de EJA e de Juventude e, por último, uma discussão do enfrentamento das desigualdades

e das discriminações na EJA, particularmente as relacionadas a raça e gênero, propondo o conceito de política de ação afirmativa como referência para a EJA superar seus desafios na garantia do direito humano à educação.

A base em pesquisa se torna uma vantagem e uma limitação do livro. Evidentemente precisamos de mais pesquisas sobre EJA que foquem questões de abrangência nacional, como financiamento, avaliação de políticas públicas, gênero e raça na Educação de Jovens e Adultos. Muitas das nossas teses e dissertações tendem a analisar estudos de caso ou projetos que, embora importantes, contribuem de uma forma limitada para as questões nacionais de maior fôlego. Do lado negativo, o longo intervalo entre o desenvolvimento da pesquisa e sua publicação limita a sua possível contribuição para a formulação de políticas. Precisamos descobrir mecanismos para que essa pesquisa alimente a formulação de políticas o mais rapidamente possível. Um exemplo disso é o debate sobre o ENCCEJA. Em 2006-2007, era uma questão política e uma questão de política – em 2014 se tornou uma questão de interesse acadêmico com pouca importância política. No seu texto, Vera Masagão Ribeiro comenta que “A literatura internacional analisada indica que os gestores de políticas têm um papel crucial como demandantes de pesquisas em condições de viabilizar sua operacionalização” (p.32). No Brasil isso acontece raramente. A SECAD firmou convênio, em 2005, com a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd, com o objetivo de desenvolver pesquisas para apoiar as políticas públicas voltadas para a educação de jovens e adultos, diversidade étnico-racial, educação do campo, educação indígena, relações de gênero e educação ambiental, acesso de jovens das classes populares ao ensino superior público¹; mas as secretarias estaduais e municipais raramente agem dessa maneira.

Na apresentação, os organizadores frisam a importância de não reduzir a nossa leitura da Educação de Jovens e Adultos à alfabetização, afirmando que “Nos dias atuais coloca-se, antes de tudo, o direito à educação básica e à educação ao longo da vida” (p.5). Contudo, a EJA também é mais do que a escolarização de jovens e adultos tratados nas práticas analisadas no livro. Nessa direção, senti falta de pesquisas que busquem analisar práticas de EJA que não se enquadram no padrão escolar formal. No campo da educação não formal existem muitas experiências cujo foco é a aprendizagem de jovens e adultos sem adotar um viés escolar. Inclusive, o debate internacional em torno das novas agendas

¹ O projeto resultou na publicação de dois volumes intitulados **Educação como Exercício de Diversidade**: estudos em campos de desigualdades sócio educacionais, editados pelo Liber Livro Editora em 2007, os volumes foram organizados pela professora Regina Vinhaes Gracindo.

de desenvolvimento sustentável e educação tem apontado a forte contribuição da educação para o desenvolvimento quando articulado com outros eixos como saúde, qualificação profissional, alimentação, cultura, entre outros. Nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o 4º ODS se refere a processos de aprendizagem que procuram “Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”.

Outro sinal positivo apontado por Masagão é o fato de três programas de abrangência nacional – Alfabetização Solidária, Programa Brasil Alfabetizado e Projovem – discutidos em mais detalhe por Freitas e Ribeiro (p.160-192) - terem se preocupado em criar sistemas próprios de monitoramento e avaliação. O PBA e Projovem integraram avaliação e pesquisa na própria matriz da política. O PBA chegou a publicar oito volumes de avaliação na Coleção Educação para Todos organizada pelo MEC e pela UNESCO. Talvez caiba perguntar se os resultados dessas pesquisas influenciaram os rumos da política. Em resposta, Masagão sugere no seu capítulo que “Quando se trata de avaliar a educação dirigida aos mais novos, o que está em jogo é buscar meios de realizá-la melhor, enquanto que, na avaliação em EJA pela pouca institucionalidade da modalidade, resultados insatisfatórios são temidos por acarretar o recuo dos investimentos ou mesmo a extinção dos programas” (p.19).

Como sugerido acima, o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA se tornou a “*bête noire*” ou o cavalo de Tróia de EJA, especialmente nas relações entre os Fóruns Estaduais de EJA e o MEC no período de 2006-2007. Por esse motivo, o capítulo de Catelli e Serrao é importante para resgatar e desmistificar a polêmica que a proposta gerou e a complexidade da discussão. “O objetivo da proposta foi ampliar as alternativas para que pessoas jovens e adultas completassem os ensinos fundamental e médio. Dentre os argumentos oficiais para a sua criação, estavam a defesa da criação de um exame de maior qualidade técnica frente àqueles produzidos nos estados, o combate à ‘indústria’ de venda de diplomas e a possibilidade de se construir indicadores de qualidade das políticas públicas dessa modalidade” (p.78). Os opositores ao ENCCEJA argumentavam que o exame representava “uma clara ameaça à garantia do direito humano de pessoas jovens e adultos à educação na medida em que reforçava a valorização do diploma em detrimento de se organizar um atendimento educacional presencial de qualidade” (p.87).

Nesse caso, é importante lembrar que não houve nenhuma tentativa de consulta aos potenciais sujeitos - as pessoas jovens, adultas e idosas – para saber da sua opinião

com relação ao exame. As decisões foram tomadas pelos gestores e educadores em nome dos educandos. Consequentemente abre-se a possibilidade de crítica de que os Fóruns queriam tutelar os educandos. Os autores afirmam que “A falta de dados para refletir sobre a implementação desta política impediu uma avaliação efetiva de seu funcionamento, o planejamento de sua execução por parte do Estado e o controle social de sua implementação por parte da sociedade civil” (p.96). De um lado, o ENCCEJA foi criticado por ferir a autonomia dos estados em relação à elaboração dos exames supletivos. De outro, ao negar a possibilidade de um exame nacional, os opositores acabaram tutelando o direito de escolha do adulto. Embora o momento político mais agudo tenha passado, o artigo resgata uma dimensão importante do debate em torno da participação.

Di Pierro também toca na questão do ENCCEJA, porém, o foco do seu artigo é o financiamento da EJA – um assunto crucial para qualquer discussão sobre política da EJA. Como a autora explica “O financiamento é também um dos meios pelos quais a União exerce a indução de políticas desconcentradas, empregando recursos fiscais na operação de transferências negociadas, condicionadas à adesão dos governos subnacionais aos programas concebidos e controlados pela esfera federal” (p.42). Isso aponta para a importância do controle social sobre o investimento público em EJA – um dos papéis que os Fóruns estaduais de EJA deveriam exercer.

Ao discutir as questões de gênero e raça nas políticas federais de educação de jovens e adultos, Denise Carreira mostra que as desigualdades e discriminações raciais e de gênero ainda não se afirmaram como questões importantes para a política educacional. Porém, apesar dos muitos desafios ainda a enfrentar, Carreira aponta a importância da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI como uma “inovação no arranjo institucional, comprometido em dar mais poder a agendas invisíveis e de baixo poder na política educacional, vinculadas às profundas desigualdades do país, entre eles, à educação de jovens e adultos” (p.201). No período atual, de cortes orçamentárias e tentativas de reduzir o tamanho da estrutura de ministérios, é de fundamental importância frisar o papel da SECADI junto aos segmentos mais vulneráveis da sociedade brasileira. Como Carreira explica, ainda em pleno século XXI, as pessoas, sujeitos da EJA, não são reconhecidas plenamente como detentoras de direitos pela sociedade e pelo Estado brasileiro (p.211). Por isso a importância de se entender a educação de jovens, adultos e idosos como uma ação afirmativa.

Ao finalizar, é impossível ignorar o subtítulo do livro que aponta para o futuro e os Desafios das políticas de Educação de Jovens e Adultos no século XXI. Sem minimizar os múltiplos desafios enfrentados pela EJA que o livro apresenta com argumentos e dados convincentes, eu arriscaria destacar quatro dimensões da política de EJA que exigem prioridade: juventude, gênero e raça, idade/envelhecimento. Inclusive as nove recomendações que Carreira apresenta no final do seu capítulo constituem uma pauta prioritária para se pensar uma nova política de educação de jovens, adultos e idosos. A juventude, ou melhor, as juventudes vivem, de acordo com Freitas e Ribeiro (p.161), “uma situação complexa”, mas representam o futuro e um futuro marcado pela exclusão e discriminação. Segundo Carreira, 70% dos estudantes e da demanda potencial para EJA é constituída por jovens e adultos negros. Os jovens também constituem 65% da população carcerária do Brasil. Apesar da maior escolaridade e do melhor desempenho das mulheres na educação serem considerados como evidência de que a agenda de gênero já foi resolvida na educação brasileira, quando articulada com outras variáveis como raça/etnia, renda, região, campo/cidade, faixa etária, sexualidade, presença de deficiências (CARREIRA, p.197), começamos a ter uma noção da força dessa discriminação. Por último, um dado pouco discutido no livro se refere ao crescimento da população idosa e o seu futuro impacto sobre as políticas de EJA. Na medida em que as pessoas vivem mais e melhor e a expectativa de vida aumenta junto com a qualidade de vida e saúde do segmento etário, a demanda potencial para oportunidades educacionais também crescerá. Já é possível prever isso, com base no grande número de centros/universidades/projetos para a terceira idade, que têm aparecido no país, em anos recentes.

Os estudos que fazem parte do livro “A EJA em Xeque” nos ajudam a entender porque a EJA está em crise, mas sem deixar de contribuir com pistas que podem nos ajudar a sair da crise. A EJA que se apresenta é essencialmente escolar. O próprio conceito de aprendizagem e educação ao longo da vida começa a questionar essa lógica. Talvez o que precisamos é, nas palavras de Munir Fasheh, um acadêmico palestino, de “eliminar o monopólio da educação sob a forma de aprendizagem e reconquistar diversos ‘espaços’, além de recursos, nos quais as pessoas aprendem. Em outras palavras, educação representa apenas uma das formas de aprender”². São esses espaços que efetivamente quebram as barreiras entre o formal e o não formal, entre o mental e o físico,

² “Como erradicar o analfabetismo sem erradicar os analfabetos”. In: **Educação como Exercício de Diversidade**, FÁVERO, OSMAR e IRELAND, Timothy (Organizadores), Brasília: MEC/UNESCO, 2007.

entre cultura, trabalho e educação. “(...) [O] sentido reparador e afirmativo da EJA só é possível de ser conquistado de maneira integral se junto estiver sendo realizado o direito destes sectores excluídos a uma saúde de melhor qualidade, melhores condições de moradia e saneamento básico, trabalho decente, etc. além da superação de todas as formas de discriminação” (p.12).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FASHEH, M. Como erradicar o analfabetismo sem erradicar os analfabetos. In: **Educação como Exercício de Diversidade**, FÁVERO, OSMAR e IRELAND, Timothy (Organizadores), Brasília: MEC/UNESCO, 2007.

UNESCO. **2º Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos – Repensando a alfabetização**. Brasília: UNESCO, 2014.

UNITED NATIONS. **Transforming our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development. A/RES/70/1**. Disponível em: <<http://sustainabledevelopment.un.org>> Acesso em: set. 2015.

Recebido em: 31/03/2016

Aprovado em: 29/04/2016